

JUCESP PROTOCCLO
0.616.616/1-9

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DE
BRASMETAL WÄELZHOIZ S.A. - INDÚST



São partes neste "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de Brasmetal Waelzholz S.A. - Indústria e Comércio" ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

BRASMETAL WÄELZHOIZ S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Diadema, Estado de São Paulo, na Rua Goiás 501, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 12.763.658/0001-34, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.385.560, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Agente Fiduciário");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

- I. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures ("Emissão") e a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("Oferta"), serão realizadas com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 1º de junho de 2011 ("AGE").



8

("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada por meio da CETIP;

registro para negociação e custódia eletrônica. As Debêntures serão registradas para, observado o disposto na Cláusula 5.5 abaixo, negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do SIND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;

registro pela CVM. A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e

registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"). A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

3.1 A Companhia tem por objeto social a indústria, o comércio, a representação, a importação e a exportação de metais ferrosos em geral e seus derivados, podendo ainda, participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para a quitação integral antecipada da nota promissória comercial objeto da primeira emissão da Companhia, emitida em 31 de janeiro de 2011.

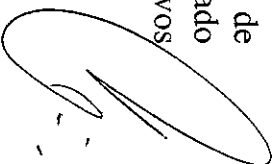


5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, para o Valor Total da Emissão (conforme definido na Cláusula 6.2 abaixo), nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de Brasmetal Waelzholz S.A. – Indústria e

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação da ata da AGE*. Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a ata da AGE será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "O Dia";
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão*. Nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCESP;
- III. *constituição da Alienação Fiduciária*. A Alienação Fiduciária (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo) foi formalizada por meio do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações de Emissão de Brasmetal Waelzholz S.A. – Indústria e Comércio em Garantia", celebrado em 14 de junho de 2011, entre Hans Martin Wälzholz-Junius-Familienstiftung, Eckart Wälzholz-Junius-Familienstiftung, Dietrich Wälzholz-Familienstiftung, Hans-Toni Junius (em conjunto, "Outorgantes da Alienação Fiduciária") e o Agente Fiduciário, com a intervenção da Companhia (tal contrato e seus aditamentos, "Contrato de Alienação Fiduciária"), e será constituída mediante (a) a averbação da Alienação Fiduciária no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia; e (b) o registro do Contrato de Alienação Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
- IV. *constituição da Cessão Fiduciária*. Observado o disposto na Cláusula 6.12 abaixo, a Cessão Fiduciária (conforme definido na Cláusula 6.12 abaixo) foi formalizada por meio do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia", celebrado em 14 de junho de 2011, entre a Companhia, o Agente Fiduciário e a instituição financeira prestadora dos serviços de banco centralizador da Cessão Fiduciária ("Banco Centralizador") (tal contrato e seus aditamentos, "Contrato de Cessão Fiduciária" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária, "Contratos de Garantia"), e será constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
- V. *registro para distribuição*. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos



Comércio" ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

5.2 *Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo a partir da data de início de distribuição da Oferta, em uma única data, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

5.3 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio do SDT, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

5.4 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, em uma única data, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, por meio dos procedimentos da CETIP, pelo Valor Nominal (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido na Cláusula 6.16 abaixo, inciso II), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.13 abaixo) até a Data de Integralização.

5.5 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476.

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.

6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 130 (cento e trinta) Debêntures.

6.4 *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal").

6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.

6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será

expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

6.7 *Instituição Escrituradora.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Instituição Escrituradora").

6.8 *Banco Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de banco mandatário das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.

6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirográfica, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, e, adicionalmente, garantidas pela Alienação Fiduciária, nos termos da Cláusula 6.11 abaixo, e pela Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 6.12 abaixo.

6.11 *Alienação Fiduciária.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, deverá ser constituída no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de celebração desta Escritura de Emissão, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade dos Outorgantes da Alienação Fiduciária e todos os direitos a estas inerentes, inclusive o direito ao recebimento de (i) dividendos em dinheiro, ações ou qualquer outra forma, (ii) juros sobre o capital próprio em dinheiro, ações ou qualquer outra forma, e (iii) outras distribuições em dinheiro, ações ou qualquer outra forma, pagas aos acionistas nos termos da legislação aplicável ("Dividendos") ("Ações Alienadas Fiduciariamente"), conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária ("Alienação Fiduciária").

6.12 *Cessão Fiduciária.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, deverá ser constituída no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de celebração desta Escritura de Emissão, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente"), conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária ("Cessão Fiduciária" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária, "Garantias").

6.13 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 14 de junho de 2011 ("Data de Emissão").

6.14 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 92 (noventa e dois) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 14 de fevereiro de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado, amortização antecipada e de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previstas nesta Escritura de Emissão.

6.15 *Pagamento do Valor Nominal.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado ou amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será pago em 15 (quinze) parcelas semestrais e sucessivas, na seguinte ordem:

I. 14 (catorze) parcelas, cada uma no valor correspondente a 6,6666% (seis inteiros e seis mil, seiscentos e sessenta e seis milionésimos por cento) do Valor Nominal (sem considerar qualquer amortização) de cada uma das Debêntures, sendo a primeira parcela deste inciso devida em 14 de fevereiro de 2012 e a última parcela deste inciso devida em 14 de agosto de 2018; e

II. 1 (uma) parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, devida na Data de Vencimento.

6.16 *Remuneração.* A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:

I. *atualização monetária:* o Valor Nominal de cada uma das Debêntures não será atualizado monetariamente; e

II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 3,00% (três por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data

do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado ou amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 14 de fevereiro de 2012 e, a partir de tal data, semestralmente até a Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI_k, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

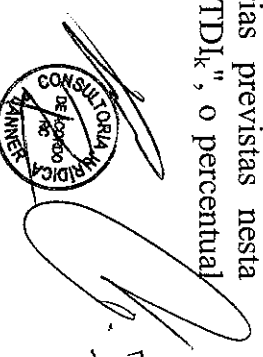
n = número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

K = número de ordem das Taxas DI, variando de "1" até "n";

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

da Companhia quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

6.16.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou rão divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor refleta as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.






CONSULTORIA JURÍDICA
DE
FISCALIA
FABIANEK

6.17 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.18 *Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Antecipada Facultativa.* Sujeito ao atendimento das condições previstas abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir, inclusive, de 14 de fevereiro de 2016, e com aviso prévio de 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido na Cláusula 6.23 abaixo) da data do evento aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.28 abaixo, e ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 6.29, e com aviso prévio de 2 (dois) Dias Úteis da data do evento à CETIP, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (sendo vedado o resgate parcial das Debêntures), ou a amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal da totalidade das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, no caso do resgate, ou de parcela do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, no caso de amortização, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização (que corresponde ao saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, no caso do resgate, ou de parcela do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, no caso de amortização, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), correspondente a um percentual ao ano, calculado *pro rata temporis*, pelo período compreendido entre a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, e a Data de Vencimento, de acordo com os seguintes critérios:

- I. caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 14 de fevereiro de 2016, inclusive, e 14 de fevereiro de 2017, exclusive, o prêmio será de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento);
- II. caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 14 de fevereiro de 2017, inclusive, e 14 de fevereiro de 2018, exclusive, o prêmio será de 0,59% (cinquenta e nove centésimos por cento); ou
- III. caso o resgate ou a amortização, conforme o caso, ocorra entre 14 de fevereiro de 2018, inclusive, e a Data de Vencimento,



exclusive, o prêmio será de 0,41% (quarenta e um centésimos por cento).

- 6.19 *Resgate Antecipado Obrigatório.* A Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, (i) na ocorrência do disposto na Cláusula 6.16.2 acima; e (ii) na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações objeto desta Escritura de Emissão nos termos da Cláusula 6.27.3 abaixo.

- 6.20 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

- 6.21 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

- 6.22 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, (i) com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; ou (ii) com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da Instituição Escriuturadora.

- 6.23 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o dia subsequente em que os bancos estejam abertos para expediente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Dia Útil"), se o seu vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

- 6.24 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de

aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

6.25 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debiturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

6.26 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debiturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.27 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.27.1, 6.27.2 e 6.27.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, quando for o caso, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil e de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária devida nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, na respectiva data de pagamento;
- II. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Outorgantes da Alienação Fiduciária, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, que (a) não seja devidamente sanado no prazo de remediação específico; ou (b) em não havendo prazo de remediação específico, não seja devidamente sanado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do respectivo inadimplemento;
- III. questionamento judicial, pela Companhia, por qualquer acionista controlador, direto ou indireto (conforme definição de controle

prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações ("Controlador"), da Companhia, e/ou por qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente; conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), pela Companhia ("Controlada"), desta Escritura de Emissão e/ou qualquer dos Contratos de Garantia;

IV. questionamento judicial, por qualquer pessoa que não seja mencionada no inciso III acima, desta Escritura de Emissão e/ou qualquer dos Contratos de Garantia, não sanado ou suspenso no prazo de 20 (vinte) dias contados da data em que a Companhia tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial;

V. invalidade, nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 20 (vinte) dias contados da data do respectivo evento;

VI. não constituição de qualquer das Garantias, nos termos e prazos previstos na Cláusula 6.11 acima e/ou na Cláusula 6.12 acima;

VII. não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos nos respectivos Contratos de Garantia, às obrigações de reforço e/ou aos limites, percentuais e/ou valores de qualquer das Garantias;

VIII. conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, incluindo arresto, sequestro ou penhora, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")), em qualquer dos casos desta alínea, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, de ou sobre qualquer (a) dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e/ou dos direitos a estes inerentes; ou (b) das Ações Alienadas Fiduciariamente e/ou dos direitos a estas inerentes, exceto (x) pelas Garantias; (y) pela transferência das Ações Alienadas Fiduciariamente para, ou pela conferência das Ações Alienadas Fiduciariamente ao capital de, sociedade constituída no Brasil ou no exterior que tenha 99,99% (noventa e

noventa e nove centésimos por cento) de seu capital de titularidade dos Outorgantes da Alienação Fiduciária, desde que a referida sociedade não seja titular de qualquer ativo que não sejam as Ações Alienadas Fiduciariamente transferidas ou conferidas e não tenha qualquer dívida ou passivo, observados os termos do Contrato de Alienação Fiduciária; e (z) no caso de arresto, sequestro ou penhora de qualquer das Garantias, se for sanado no prazo de 20 (vinte) dias contados da data do respectivo evento;

IX. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou por qualquer dos Outorgantes da Alienação Fiduciária, de qualquer das obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia;

X. comprovação de que qualquer declaração prestada pela Companhia, e/ou por qualquer dos Outorgantes da Alienação Fiduciária nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia estava incorreta em qualquer aspecto relevante quando prestada e tal condição (se possível de ser sanada) não seja sanada no prazo de 15 (quinze) dias contados do que ocorrer primeiro entre (a) a data em que a Companhia e/ou qualquer dos Outorgantes da Alienação Fiduciária tenha conhecimento da incorreção; ou (b) a data em que a Companhia e/ou qualquer dos Outorgantes da Alienação Fiduciária receba aviso por escrito neste sentido do Agente Fiduciário;

XI. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão na forma prevista na Cláusula 4.1 acima;

XII. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia; (b) decretação de falência ou insolvência da Companhia e/ou de qualquer Controlada; (c) pedido de autofalência ou de insolvência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (d) pedido de falência ou insolvência da Companhia e/ou de qualquer Controlada, formulado por terceiros, que não seja elidido no prazo legal; (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada;

XIII. alteração, com relação à Data de Emissão, do objeto social (conforme descrito na Cláusula 3.1 acima) e/ou dos negócios desenvolvidos pela Companhia, exceto se a alteração tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

XIV. transformação da Companhia em outro tipo de sociedade;

XVIII. protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; ou (b) o protesto foi cancelado;

XIX. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;

XX. alienação, transferência ou criação de Ônus (exceto pelas Garantias) de ou sobre qualquer ativo de propriedade da Companhia (incluindo participações em Controladas) e/ou de qualquer Controlada, cujo valor, contábil ou de venda, individual ou, com relação aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, agregado, seja igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, exceto (a) com o consentimento prévio e por escrito de Debituristas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; (b) por vendas de estoque no curso normal de suas atividades; (c) por constituição de penhora judicial, cujo valor, individual ou, com relação aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (d) por qualquer Ônus criado ou decorrente de aquisição ou construção de bens do ativo permanente da Companhia e/ou de qualquer Controlada após a Data de Emissão, desde que tal Ônus garanta apenas o valor do principal de qualquer dívida incorrida em tal aquisição ou construção (limitado aos custos incorridos para este fim), acrescido de quaisquer custos, despesas, juros, correções e comissões pagos em decorrência de tal dívida; ou (e) por qualquer Ônus incorrido em decorrência do refinanciamento ou da repactuação de dívidas garantidas por Ônus permitidos nos termos deste inciso, desde que sem aumento no valor de principal e sem o gravame de outros bens;

XXI. ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial (a) dos ativos da Companhia e/ou de qualquer Controlada; ou (b) das ações de emissão da Companhia;

XXII.

cancelamento, revogação, suspensão ou não renovação de qualquer autorização, concessão, alvará e/ou licença da Companhia e/ou de qualquer Controlada, que cause (a) com relação à Companhia, (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), seus negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas; (ii) qualquer efeito adverso relevante nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia; e/ou (c) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em um Evento de Inadimplemento; ou (ii) a esta Escritura de Emissão ou a qualquer dos Contratos de Garantia, qualquer efeito adverso (a) na legalidade, validade e/ou exequibilidade desta Escritura de Emissão ou de qualquer dos Contratos de Garantia; e/ou (b) nos direitos dos Debenturistas constantes desta Escritura de Emissão ou de qualquer dos Contratos de Garantia ("Efeito Adverso Relevante");

XXIII.

contratação, pela Companhia de qualquer obrigação financeira que tenha prioridade, em termos de garantias, em relação às obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, exceto se tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;

XXIV.

realização, pela Companhia, de distribuição de Dividendos, redução de capital e/ou resgate de ações de sua emissão, exceto se, cumulativamente, (a) realizados com base exclusivamente em Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia; e (b) com observância das regras e limites abaixo, sem prejuízo de outras limitações impostas por lei; considerando, em qualquer caso, que, para fins de cálculo de tais limites serão excluídos (y) os montantes relativos a quaisquer empréstimos concedidos à Companhia por qualquer de seus Controladores, desde que com datas de vencimento e de início de pagamento posteriores a 14 de fevereiro de 2019 e com obrigações de pagamento subordinadas às das Debêntures; e (z) quaisquer aumentos de capital da Companhia, com aporte em caixa ou equivalentes de caixa, com alocação do preço de emissão para conta de capital social ou reserva de capital, desde que com observância dos termos e condições das Debêntures:

(a) a Companhia poderá realizar distribuições de Dividendos aos detentores de ações preferenciais de sua emissão, resgates de ações ou reduções de capital, limitados, a qualquer tempo, (i) montante do lucro líquido da Companhia acrescido de despesas

de amortização de ágio da Companhia, conforme Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia relativas ao exercício social imediatamente anterior, acrescido do saldo da Conta de Dividendos Acumulados para Distribuição (conforme definido na Cláusula 6.27.4 abaixo, inciso IV), calculado no exercício social imediatamente anterior; e

(b) sem prejuízo do disposto na alínea anterior, se o Índice Financeiro (conforme definido no inciso XXVI abaixo) calculado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia relativas ao exercício social imediatamente anterior for superior a 2,0 (duas) vezes, o valor total de distribuições de Dividendos, reduções de capital ou resgates de ações pela Companhia estará limitado, em cada exercício social, a (i) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), acrescido (ii) do saldo da Conta de Dividendos Acumulados para Distribuição, calculado no exercício social imediatamente anterior;

XXV. redução de capital social da Companhia, exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; ou

XXVI. não observância, pela Companhia, do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Bancária Líquida (conforme definido na Cláusula 6.27.4 abaixo, inciso II) e o EBITDA (conforme definido na Cláusula 6.27.4 abaixo, inciso III) igual ou inferior a 3,0 (três) vezes, calculada com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo, inciso I, alínea (a)) ("Índice Financeiro"), a ser apurado anualmente pela Companhia, nos termos da Cláusula 7.1 abaixo, inciso I, alínea (b), e verificados pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 7.1 abaixo, inciso I, alínea (b), tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de cada ano civil, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2011.

6.27.1 Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.27 acima, incisos I, III a IX, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX ou XXIII, todas as obrigações objeto desta Escritura de

Emissão tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.27.2 Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.27.1 acima), o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão.

6.27.3 Na ocorrência do vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.27.4 Para os fins desta Escritura de Emissão, aplicam-se as seguintes definições:

- I. "Dívida Bancária": significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia mais recentes na data de cálculo, (i) todos os valores em dinheiro tomados em empréstimo ou financiamento e contabilizados no balanço como dívidas bancárias de curto e longo prazo; (ii) a exposição líquida (significando o valor devido pela parte responsável quando da rescisão ou fechamento determinado em bases de marcação ao mercado) de quaisquer transações com derivativos; e (iii) o valor de quaisquer notas, títulos, debêntures, empréstimos ou demais títulos e valores

mobiliários devidos ou pagáveis, excluindo-se, expressamente, obrigações com fornecedores e contas a pagar;

II.

"Dívida Bancária Líquida": com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia mais recentes na data de cálculo, a Dívida Bancária menos caixa, aplicações financeiras, qualquer empréstimo feito à Companhia por seus acionistas diretos ou indiretos com prazo superior a 14 de fevereiro de 2019, com a amortização estruturada e subordinada às Debêntures e aos direitos conferidos pelas ações preferenciais de emissão da Companhia;

III.

"EBITDA": significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia mais recentes na data de cálculo, a receita líquida no período em questão menos (i) o custo dos produtos vendidos; (ii) as despesas com vendas, gerais e administrativas; e (iii) outras despesas operacionais líquidas, excetuando-se as despesas com depreciação e amortização; e

IV.

"Conta de Dividendos Acumulados para Distribuição" significa a conta de controle para definição do montante máximo pago aos acionistas da Companhia a título de distribuição de Dividendos, redução de capital ou resgate de ações em cada exercício social encerrado a partir de 1º de janeiro de 2011, tendo por saldo inicial o montante de R\$33.161.000,00 (trinta e três milhões, cento sessenta e um mil reais), a ser acrescido em cada exercício social do montante definido de acordo com os seguintes critérios:

(a) se o Índice Financeiro calculado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia relativas ao exercício social imediatamente anterior for inferior a 2,0 (duas) vezes, o acréscimo na Conta de Dividendos Acumulados para Distribuição será o resultado (i) da aplicação do Percentual de Referência (conforme definido no inciso V abaixo) sobre o lucro líquido da Companhia, acrescido das despesas de amortização de ágio da Companhia com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia acima referidas, deduzido (ii) do montante efetivamente pago pela Companhia a seus acionistas a título de distribuição de Dividendos, redução de capital ou resgate de ações no exercício social imediatamente anterior ao exercício social em questão;

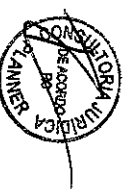
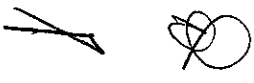

(b) se o Índice Financeiro calculado com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia relativas ao exercício social imediatamente anterior for superior a 2,0 (duas) vezes, o acréscimo na Conta de Dividendos Acumulados para

Distribuição será o (i) menor entre (x) o resultado da aplicação do Percentual de Referência sobre o lucro líquido da Companhia, acrescido das despesas de amortização de ágio da Companhia com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia acima referidas, ou (y) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), deduzido (ii) do montante efetivamente pago pela Companhia a seus acionistas a título de distribuição de Dividendos, redução de capital ou resgate de ações no exercício social imediatamente anterior ao exercício social em questão; e

V. "Percentual de Referência" significa o percentual de (a) "100% (cem por cento)", enquanto a Companhia tiver ações preferenciais em circulação, ou (b) "50% (cinquenta por cento)", imediatamente após o resgate da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia, ou sua conversão em ações ordinárias.

6.28 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOESP e no jornal "O Dia", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar qualquer dos jornais acima por jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6.29 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.



I. para a Companhia:

Brasmetal Waelzholz S.A. – Indústria e Comércio
Rua Goiás 501
09941-690 Diadema, SP

At.:

Sr. Piero Abbondi

Telefone:

Sr. Osmar di Angelis

Fac-símile:

(11) 4070-9501

Correio Eletrônico:

(11) 4076-2698

pabbondi@brasmetal.com.br

oangelis@brasmetal.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee D.T.V.M. Ltda.

Av. Brigadeiro Faria Lima 3900, 10º andar

04538-132 São Paulo, SP

At.:

Sra. Viviane Rodrigues

Telefone:

(11) 2172-2628

Fac-símile:

(11) 3078-7264

Correio Eletrônico:

vrodrigues@plannercorretora.com.br

7.

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1

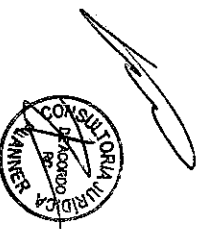
A Companhia está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) na mesma data em que ocorrer o primeiro entre 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e auditadas por auditor independente registrado na CVM, dentre Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young, KPMG, PricewaterhouseCoopers ou Grant Thornton, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia");

(b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data a que se refere a alínea (a) acima, as rubricas necessárias à verificação dos Índices Financeiros, acompanhadas de demonstração do cálculo dos Índices Financeiros realizado pela Companhia;

(c) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;



- (d) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (e) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento, envio de cópia de qualquer notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- (f) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (g) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (h) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCESP, e
- (i) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCESP, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos;
- II. informar o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e a CETIP sobre a realização de qualquer pagamento antecipado das Debêntures, com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
- III. cumprir, e fazer com que as Controladas (se existentes) cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- IV. manter, e fazer com que as Controladas (se existentes) mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- V. manter os ativos operacionais relevantes da Companhia e das Controladas (se existentes) adequadamente seguros, conforme as

- melhores práticas correntes no mercado de atuação da Companhia e das Controladas (se existentes);
- VI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- VII. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o SND, arcando com os respectivos custos;
- VIII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, o Banco Centralizador, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (SDT) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND);
- IX. efetuar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia;
- X. efetuar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XI. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XII. convocar, imediatamente, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- XIII. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e
- XIV. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos da Instrução CVM 476:
- (a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

- (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM, dentre Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young, KPMG, PricewaterhouseCoopers ou Grant Thornton;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1

A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunidade dos Debenturistas perante a Companhia e os Outorgantes da Alienação Fiduciária, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e todos os seus respectivos termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e a cumprir com suas obrigações aqui e ali

previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;

IV. a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

V. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia constituem obrigações lícitas, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos;

VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;

VII. verificará a regularidade da constituição das Garantias, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, conforme o caso;

VIII. é instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;

IX. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;

X. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

XI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28; e

XII. não tem qualquer ligação com a Companhia ou com os Outorgantes da Alienação Fiduciária que o impeça de exercer suas funções.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual adiamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de adiamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.28 e 6.29 acima; e

IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

I. receberá uma remuneração:

(a) de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 3º (terceiro) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;

(b) caso a Companhia não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado (i) à assessoria aos Debenturistas, (ii) ao comparecimento em reuniões com a Companhia e/ou com os Debenturistas, (iii) à implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Companhia, e (iv) para a execução das Garantias ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Companhia ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o mínimo de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por mês durante o período em a Companhia permanecer nessa situação;

(c) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;

(d) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

(e) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (c) acima;

(f) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e

(g) caso seja necessária a elaboração de relatórios e controles da emissão em inglês, acrescida do valor correspondente a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por relatório.

II.

será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido previamente aprovadas pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

(a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) extração de certidões;

(c) locomoções entre cidades e Estados e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções; e

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;

III. em caso de inadimplência da Companhia, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas aos Debenturistas

pela Companhia. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente adiantados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Companhia permanecer inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função ou decorrente deste exercício, serão igualmente adiantadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos; e

IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, exceto por aqueles previstos na Cláusula 8.4 acima, inciso I, alínea (d); e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptação;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de

Garantia, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;

VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão, o registro das Garantias e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

X. verificar a regularidade da constituição das Garantias e dos valores dos bens dados em garantia segundo seus termos, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;

XI. examinar proposta de substituição de qualquer das Garantias, manifestando sua expressa e justificada concordância, se for o caso; intimar a Companhia a reforçar as Garantias na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos dos Contratos de Garantia;

XII. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;

XIV. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia;

XV. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo, e enviar à CVM e à CETIP, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembleia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;

XVI. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, elaborar as atas das assembleias gerais de Debenturistas e enviar à CETIP, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de realização da assembleia geral de Debenturistas, cópia da ata da assembleia geral de Debenturistas;

XVII. elaborar e enviar à Companhia, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis anteriores ao término do prazo legal, relatório anual destinado aos

Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Companhia no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
- (b) alterações societárias da Companhia ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
- (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- (i) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias;
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
- (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;




aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. observadas as disposições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
- III. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais ou se estas forem insuficientes para o pagamento de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial da Companhia.

8.6.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.27, 6.27.1, 6.27.2 e 6.27.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a IV, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso V, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

8.7 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.28 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:

I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e

II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.16.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) de qualquer das Garantias; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas à Cláusula 6.18 acima; (j) das disposições relativas à Cláusula 6.19 acima; ou (k) de qualquer Evento de Inadimplemento.

9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer controladora, direta ou indireta, da Companhia, a qualquer Controlada ou a qualquer coligada da Companhia; ou (iii) a

qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

9.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembleias gerais de Debenturistas.

9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1 A Companhia, neste ato, declara que:

I. a Companhia é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de companhia aberta perante a CVM, e Hans Martin Wälzholz-Junius-Familienstiftung, Eckart Wälzholz-Junius-Familienstiftung e Dietrich Wälzholz-Familienstiftung são *trusts* devidamente constituídos e existentes de acordo com as leis da Alemanha;

II. a Companhia e os Outorgantes da Alienação Fiduciária estão devidamente autorizados e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia de que são parte e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e, no caso da Companhia, à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;

III. os representantes legais da Companhia e dos Outorgantes da Alienação Fiduciária que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia de que são parte têm poderes societários para assumir, em nome da Companhia e/ou dos Outorgantes da Alienação Fiduciária, conforme o caso, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

IV. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia de que são parte e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes (observado o disposto nos Contratos de Garantia, com relação à eficácia) da Companhia e dos

Outorgantes da Alienação Fiduciária, conforme o caso, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia de que são parte e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas pela Companhia e pelos Outorgantes da Alienação Fiduciária, conforme o caso, e, no caso da Companhia, a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Companhia e/ou os atos constitutivos de Hans Martin Wälzholz-Junius-Familienstiftung, de Eckart Wälzholz-Junius-Familienstiftung e/ou de Dietrich Wälzholz-Familienstiftung; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou qualquer dos Outorgantes da Alienação Fiduciária seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou qualquer dos Outorgantes da Alienação Fiduciária seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia, exceto pela Cessão Fiduciária, ou sobre qualquer ativo dos Outorgantes da Alienação Fiduciária, exceto pela Alienação Fiduciária; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia, os Outorgantes da Alienação Fiduciária e/ou qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia, os Outorgantes da Alienação Fiduciária e/ou qualquer de seus respectivos ativos;

- VI. a Companhia e os Outorgantes da Alienação Fiduciária estão adimplentes com o cumprimento de suas respectivas obrigações constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia de que são parte, e não ocorreu e não está existente qualquer Evento de Inadimplemento;

- VII. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia, em observância ao princípio da boa-fé;

- VIII. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações

relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Companhia, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;

IX. as declarações prestadas pela Companhia e pelos Outorgantes da Alienação Fiduciária nos Contratos de Garantia de que são parte são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

X. as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e as demonstrações financeiras da sociedade Brasmetal Waelzholz S.A. – Indústria e Comércio, sucedida pela Companhia em decorrência de incorporação aprovada por seus respectivos acionistas em 31 de janeiro de 2011 ("Sociedade Incorporada"), relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia e da Sociedade Incorporada, conforme o caso, naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;

XI. está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante;

XII. está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante;

XIII. possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não tenha um Efeito Adverso Relevante;

XIV. inexistente (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que tenha um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar,

invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou qualquer dos Contratos de Garantia;

XV. não tem qualquer sociedade Controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações); e

XVI. não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

10.2 A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade, inconsistência, imprecisão, incorreção ou insuficiência de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima torne-se falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente.

11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures e das Garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Escrituradora, do Banco Mandatário, do Banco Centralizador e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures e às Garantias.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer

cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

13. FORO

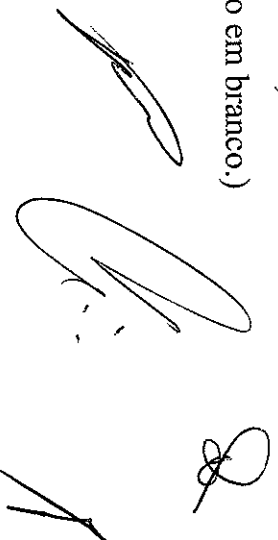
13.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

São Paulo, 14 de junho de 2011.

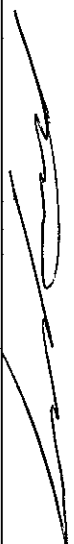
(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

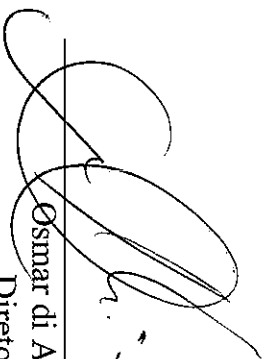
(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de Brasmetal Waelzholz S.A. – Indústria e Comércio, celebrado em 14 de junho de 2011, entre Brasmetal Waelzholz S.A. – Indústria e Comércio e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Página de Assinaturas 1/3.

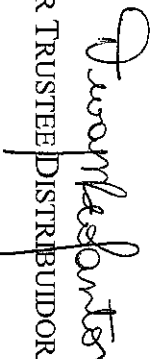
BRASMETAL WAEI ZHOLZ S.A. – INDÚSTRIA E COMÉRCIO



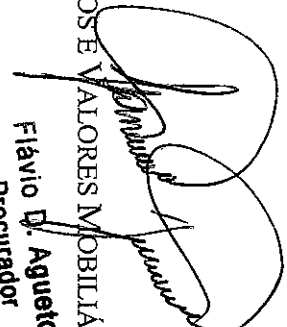
Piero Abbondi
Diretor


Osmar di Angelis
Diretor

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de Brasmetal Waelzholz S.A. – Indústria e Comércio, celebrado em 14 de junho de 2011, entre Brasmetal Waelzholz S.A. – Indústria e Comércio e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Página de Assinaturas 2/3.


PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Viviane Rodrigues
Diretora



Flávio D. Aguetoni
Procurador

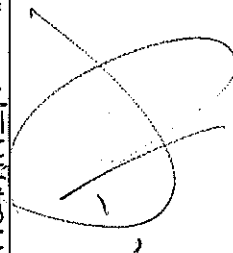




Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de Brasmetal Waelzholz S.A. - Indústria e Comércio, celebrado em 14 de junho de 2011, entre Brasmetal Waelzholz S.A. - Indústria e Comércio e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:


Nome: LUCIANO APARECIDO PASSAN
Id.: 20.621.690
CPF/MF: 124.199.078-79


Nome: VÊILTON SANTOS, AKUA
Id.: 18.886.277
CPF/MF: 026.881.253.841



SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBENTURE
CERTIFICADO O REGISTRO
SOB O NÚMERO 14114, REGINA BUENO DE GODOY
SECRETARIA GERAL

JUCESP

ED000741-9/000

